[Assinatura Qualificada] Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila
Assinado de forma digital por [Assinatura Qualificada] Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila
Dados: 2022.10.27 15:23:35 +01'00'

[Assinatura Qualificada] João Vasco Da Glória Rosado Gambôa
Assinado de forma digital por [Assinatura Qualificada] João Vasco Da Glória Rosado Gambôa
Dados: 2022.10.27 15:24:48 +01'00'

emarp
ÁGUAS E RESÍDUOS DE PORTIMÃO

AJUSTE DIRETO

FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ILHAS ECOLÓGICAS

AD 104/2022

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

CLÁUSULA 1ª 4
OBJETO DO FORNECIMENTO

CLÁUSULA 2ª 4
CONTRATO

CLÁUSULA 3ª 5
PREÇO BASE

CLÁUSULA 4ª 5
PRAZO CONTRATUAL

CLÁUSULA 5ª 5
OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR

CLÁUSULA 6ª 6
CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS

CLÁUSULA 7ª 6
ENTREGA DOS BENS OBJETO DO CONTRATO

CLÁUSULA 8ª 7
PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTADAS

CLÁUSULA 9ª 7
RECEÇÃO DOS BENS

CLÁUSULA 10ª 7
INOPERACIONALIDADE, DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS

CLÁUSULA 11ª 7
GARANTIA TÉCNICA

CLÁUSULA 12ª 8
GARANTIA DE CONTINUIDADE DE FABRICO

CLÁUSULA 13ª 9
OBJETO DO DEVER DE SIGILO

CLÁUSULA 14ª 9
PREÇO CONTRATUAL

CLÁUSULA 15ª 9
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA 16ª 10
SANÇÕES CONTRATUAIS

CLÁUSULA 17ª 11
FORÇA MAIOR
CLÁUSULA 18ª 12
RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO
CLÁUSULA 19ª 12
RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATRANTE
CLÁUSULA 20ª 13
FORO COMPETENTE
CLÁUSULA 21ª 13
SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL
CLÁUSULA 22ª 13
COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES
CLÁUSULA 23ª 13
GESTORES DO CONTRATO
CLÁUSULA 24ª 14
CONTAGEM DOS PRAZOS NA FASE DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS
CLÁUSULA 25ª 14
PROTECÇÃO DE DADOS PESSOAIS
CLÁUSULA 26ª 15
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
CLÁUSULA 27ª 15
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

CLÁUSULA 1ª
OBJETO DO FORNECIMENTO

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal fornecimento e instalação de ilhas ecológicas.
2. O procedimento é constituído por 5 (cinco) lotes com os seguintes códigos de CPV:

   Lote 1 a 5 – 34928480-6 - Contentores e baldes para lixo e resíduos

CLÁUSULA 2ª
CONTRATO

1. O contrato constitui, para o contraente público e para o cocontratante, situações subjetivas ativas e passivas que devem ser exercidas e cumpridas de boa-fé e em conformidade com os ditames do interesse público, nos termos da lei.
2. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.
3. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
4. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
   a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
   b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
   c) O Caderno de Encargos;
   d) A proposta adjudicada;
   e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
6. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 4 da presente Cláusula e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do CCP e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no art.º 101º também do CCP.
7. Além dos documentos indicados no número 4 anterior, o fornecedor obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

8. Em caso de divergência entre as obrigações a que se refere o número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicadas.

CLÁUSULA 3ª
PREÇO BASE

1. O preço base de cada lote é o seguinte:

   Lote 1 - 375 000,00 €

   Lote 2 - 29 000,00 €

   Lote 3 - 20 000,00 €

   Lote 4 – 5 000,00 €

   Lote 5 - 42 400,00 €

   O preço base do presente procedimento é de 471 400, 00€ (quatrocentos e setenta e um mil e quatrocentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. Nos termos dos artigos 47º e 473º do Código dos Contratos Públicos (CCP) entende-se por preço base o valor máximo que a EMARP se dispõe a pagar, incluindo todos os impostos, taxas e despesas, exceto IVA.

CLÁUSULA 4ª
PRAZO CONTRATUAL

1. O contrato mantém-se em vigor até fornecimento e instalação dos bens ao contraente público em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O prazo máximo de fornecimento e instalação dos bens é de 180 dias seguidos.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, o prazo de entrega conta-se a partir da data de outorga do contrato.
4. Caso não seja alcançado o valor máximo do contrato durante a sua vigência, o cocontratante não tem direito a qualquer indeminização.

CLÁUSULA 5ª
OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

   a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta;

b) Obrigação de garantia dos bens;

c) Obrigação de continuidade de fabrico conforme o previsto na Cláusula 12ª do caderno de encargos.

2. O Fornecedor é ainda responsável, nomeadamente, por:

a) Cumprir as cláusulas do Contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;

b) Atuar de acordo com a legislação portuguesa e da União Europeia;

c) Cumprir pontualmente todas as disposições regulamentares dos documentos patenteados no procedimento e demais disposições normativas não expressamente referidas, que se encontrem em vigor e que se relacionem com a execução do Contrato;

d) Respeitar, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar e não esteja em oposição com os documentos do Contrato, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes;

CLÁUSULA 6ª
CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS

1. O adjudicatário, obriga-se a entregar ao contraente, os bens objeto do contrato, com as características, especificações e requisitos previstos no do Caderno de Encargos.
2. Os bens objeto do contrato, devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens com o contrato.
4. O Cocontratante é responsável perante o contraente, por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

CLÁUSULA 7ª
ENTREGA DOS BENS OBJETO DO CONTRATO

1. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
2. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade

daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

3. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

CLÁUSULA 8ª
PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTADAS

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a EMARP venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer um dos direitos mencionados no número anterior, fica o adjudicatário obrigado a indemnizá-lo de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

CLÁUSULA 9ª
RECEÇÃO DOS BENS

Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o Contraente, procede no prazo de 5 (cinco) dias úteis, à sua inspeção qualitativa, com vista a verificar, se o mesmo reúne as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos e operacionais contratualizados, bem como outros requisitos exigidos por lei.

CLÁUSULA 10ª
INOPERACIONALIDADE, DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS

No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos definidos, a EMARP poderá:

a) Exigir ao adjudicatário a substituição dos bens necessários defeituosos, num prazo de quinze dias úteis;

b) Rescindir o contrato sem quaisquer ónus ou encargos da sua responsabilidade.

CLÁUSULA 11ª

GARANTIA TÉCNICA

1. Nos termos do presente ponto e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de mínimo de 5 (cinco) anos a contar da data de entrega dos bens, se outro prazo maior não for indicado na proposta, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
   a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
   b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
   c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
   d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
   e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
   f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
3. Todas estas substituições deverão ser feitas pelo adjudicatário, tão rapidamente quanto possível, sem que tal implique qualquer despesa ou encargo para a EMARP.
4. Durante o período de garantia, todo e qualquer equipamento, componente ou peça que seja substituído em consequência dessa garantia, terá a partir da data da respetiva substituição, um período de garantia igual ao do equipamento, componente ou peça que substituiu.
5. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a EMARP tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.
6. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela EMARP e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

CLÁUSULA 12ª
GARANTIA DE CONTINUIDADE DE FABRICO

O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo mínimo de 10

(dez) anos, a contar da data de entrega dos bens.

CLÁUSULA 13ª
OBJETO DO DEVER DE SIGILO

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à EMARP, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 (três) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 14ª
PREÇO CONTRATUAL

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a EMARP deve pagar ao fornecedor até ao montante máximo do preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

CLÁUSULA 15ª

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As quantias devidas pela EMARP, nos termos do(s) ponto(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pela EMARP, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato.
3. Em caso de discordância por parte da EMARP, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no nº 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.
5. As faturas, deverão ser emitidas de acordo com o previsto no art.º 299º-B do CCP, sem prejuízo dos requisitos constantes no Decreto-Lei 123/18 de 28 de Dezembro, no artº 2º do Decreto-Lei nº 14-A/2020, de 7 de Abril e na alínea b) do Despacho 49/2022 – XXIII de 24 de maio, e conter entre outras indicações a referência do concurso e o período de faturação a que se referem.

CLÁUSULA 16ª
SANÇÕES CONTRATUAIS

1. O adjudicatário está sujeito ao cumprimento das condições estabelecidas no presente Caderno de Encargos bem como às sanções aí previstas.
2. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a EMARP pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
   a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega e instalação dos bens objeto do contrato, serão aplicadas as seguintes sanções:
      a1) No primeiro período de 10 (dez) dias de calendário de atraso, a sanção aplicável será de 1 ‰ (um por mil) do preço total dos artigos em falta por cada dia de atraso;
      a2) A partir do 11º (décimo primeiro) dia de calendário de atraso, a sanção aplicável será de 2 ‰ (dois por mil) do preço total dos artigos em falta por cada dia de atraso;
   b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 10% do valor do bem.
3. As sanções previstas no número anterior não podem exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.

4. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a EMARP decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
5. Ao valor da indemnização prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do nº 2, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução do contrato.
6. Para efeitos dos limites previstos nos n.os 2 e 3, quando o contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial.
7. A EMARP pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato, com as sanções pecuniárias e indemnização devidas nos termos da presente cláusula.
8. Poderá haver lugar ainda à resolução do contrato nos termos dos artigos 333º a 335º do CCP, sem prejuízo da EMARP vir a acionar o direito de indemnização nos termos gerais.

CLÁUSULA 17ª
FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas sanções ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal, as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, caso se verifiquem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
   a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
   b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa, negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 18ª
RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, nomeadamente nos artigos 330º e seguintes do CCP, a EMARP pode resolver o contrato, de acordo com o procedimento previsto no nº 2 da presente Cláusula, nas seguintes situações:

a) Causa geral de resolução - Por violação de forma grave ou reiterada pelo adjudicatário de qualquer das obrigações que lhe incumbem, sejam obrigações contratuais, obrigações emergentes da Lei, ou de atos administrativos de conformação da relação contratual,

b) Causa especial de resolução - Pelo atraso superior a 30 (trinta) dias ou se, por escrito, o adjudicatário declarar que o atraso respetivo excederá esse prazo.

2. O direito de resolução, referido no número 1 da presente cláusula, exerce-se mediante declaração escrita enviada ao adjudicatário, a contar da data de verificação da violação da obrigação, nos termos referidos no número anterior.

CLÁUSULA 19ª
RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATRANTE

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, nomeadamente nos artigos 330º e seguintes do CCP, o cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante

que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à EMARP, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CLÁUSULA 20ª
FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do foro da comarca de Faro, Instância Local Cível de Portimão, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 21ª
SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação e a cessão da posição contratual por parte do Cocontratante regem-se pelo disposto nos artºs 318º a 324º do CCP.

CLÁUSULA 22ª
COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. As comunicações entre o contraente público e o cocontratante relativas à fase de execução do contrato devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 23ª
GESTORES DO CONTRATO

1. O gestor do contrato da EMARP do presente procedimento, foi nomeado conjuntamente com a decisão de contratar, conforme indicado na cláusula 3ª do Convite.

2. Os dados do gestor de contrato da EMARP são os seguintes:

Efetivo: Gonçalo Oliveira Santos - Técnico Superior

goncalo.santos@emarp.pt

Telemóvel: 927 246 395

Fax: 282 400 269

Suplente: Margarida Costa Almeida Pinto Madeira – Chefe de Divisão

m.madeira@emarp.pt

Telemóvel: 969 787 068

Fax: 282 400 269

3. Caberá ao gestor do contrato a responsabilidade de controlar a execução técnica, financeira e material do contrato.

4. O nome, e contactos do gestor de contrato do adjudicatário terão que ser indicados na altura da entrega dos documentos de habilitação, conforme alínea g) do nº 1 da cláusula 19ª do Convite.

CLÁUSULA 24ª

CONTAGEM DOS PRAZOS NA FASE DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

1. À contagem de prazos na fase de execução dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo são aplicáveis as seguintes regras:

   a) Não se inclui na contagem do prazo o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr;

   b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;

   c) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, mas se no último mês não existir dia correspondente o prazo finda no último dia desse mês;

   d) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

2. O disposto na alínea d) do número anterior também é aplicável aos prazos que terminem em férias judiciais se o ato sujeito a prazo tiver de ser praticado em juízo.

CLÁUSULA 25ª

PROTECÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A segunda contraente obriga-se a cumprir o disposto em todas as disposições legais aplicáveis em

matéria de tratamento de dados pessoais, no sentido conferido pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados ("Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados") e demais legislação comunitária e nacional aplicável, em relação a todos os dados pessoais a que aceda no âmbito e para efeitos da prestação dos Serviços.

CLÁUSULA 26ª
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de Encargos aplica-se o regime previsto no Código de Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

CLÁUSULA 27ª
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Os equipamentos de contentorização subterrânea a fornecer e instalar deverão cumprir as seguintes condições e especificações técnicas:

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Por Equipamento entende-se o conjunto formado pela cuba independente, contentor, tampa da cuba e marco de deposição de resíduos.

1.2. Os Equipamentos serão fornecidos novos, de fábrica e em primeira mão.

1.3. Os Equipamentos e seus componentes terão de ser certificados segundo as normas EN 13071-1 e EN13071-2, ou normas equivalentes.

2. QUANTIDADES E TIPOS DE EQUIPAMENTOS A INSTALAR

2.1. Lote 1 – Fornecimento e instalação de Ilhas Ecológicas

- 9 Equipamentos de 1m3 para resíduos orgânicos;
- 15 Equipamentos de 3m3 para resíduos indiferenciados;
- 8 Equipamentos de 3m3 para resíduos de vidro;
- 16 Equipamentos de 5m3 para resíduos recicláveis.

2.2. Lote 2 – Fornecimento e instalação de Equipamentos de 3m3 em Ilhas Ecológicas já existentes

- 4 Equipamentos de 3m3 para resíduos indiferenciados;
- A instalação dos equipamentos será realizada nas ilhas ecológicas já existentes, com o objetivo de reforçar a capacidade de deposição de resíduos.

2.3. Lote 3 – Fornecimento e instalação de Equipamentos de 5m3 para substituição de Equipamentos de 3m3 já existentes

- 2 Equipamentos de 5m3, para resíduos recicláveis, para substituir 2 equipamentos de 3m3 existentes numa Ilha Ecológica;
- A substituição será a cargo do adjudicatário, assim como o transporte das cubas de 3m3 a armazém da EMARP.

2.4. Lote 4 – Fornecimento de Equipamento de 1m3

- 1 equipamento de 1m3 para resíduos orgânicos.

2.5. Lote 5 – Trabalhos diversos de acabamentos exteriores

- O presente procedimento prevê 10% do valor total dos lotes 1, 2 e 3 para colmatar possíveis imprevistos. A realização dos trabalhos referidos neste lote esta sujeito à apresentação de um orçamento para a aprovação prévia da EMARP.

2.6. Os Equipamentos deverão ocupar, em planta e no local, uma largura máxima de 2,00m e um comprimento máximo de 2,00m, definidos pelas dimensões exteriores da tampa da cuba.

3. CUBA

3.1. A cuba de instalação deverá ser independente, i.e., uma cuba por equipamento, e deverá possuir na base um rebaixamento destinado à recolha de líquidos.

3.2. As paredes da cuba terão uma espessura mínima de 15cm e encaixes no interior para alojar acessórios para abertura da tampa e para manuseamento do contentor. Devem ser resistentes a passagem de camiões com 30 toneladas.

3.3. A cuba deverá ser construída em betão armado hidrófugo e pré-fabricado, devendo ser fabricada segundo o Regulamento de Segurança e Ações Para Estruturas de Edifícios e Pontes (Decreto-Lei n.º 235/83, de 31 de maio) – "RSA" - e o Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Pré-Esforçado (Decreto-lei n.º 349-C/83, de 30 de julho) – "REBAP" - ou normas equivalentes.

3.4. As cubas deverão possuir ensaios de resistência e tempos de cura de acordo com a Norma Portuguesa NP EN 12390-3 ou com norma equivalente.

4. CONTENTORES SUBTERRÂNEOS

4.1. Os contentores de indiferenciados e de orgânicos deverão ser completamente estanques e não necessitar de quaisquer, tipo de sacos descartáveis ou outros consumíveis.

Os contentores de indiferenciados deverão ser compatíveis com o sistema de recolha usado nas viaturas da EMARP, viatura compactador de RSU's de carga traseira, sistema de elevação DIN, com batente. As viaturas encontram-se equipadas com grua, devendo os contentores ser de fundo fechado com despejo por volteio.

Os contentores de recolha seletiva deverão ser compatíveis com o sistema de recolha usado nas viaturas da ALGAR, para os recicláveis, as quais se encontram equipadas com grua, devendo os contentores ter um sistema de descarga por dupla argola, com tampa de descarga única, de dupla face, com depósito para líquidos incorporado, com capacidade aproximada de 180 litros.

4.2. Os contentores deverão ficar instalados obrigatoriamente no interior da cuba de betão. Nos contentores de recicláveis para vidro deverá ser especificada a leitura de som emitido segundo o teste especificado na diretiva europeia 2000/14, anexo III, artigo 22.

4.3. O contentor deverá ser construído em polietileno, com a espessura adequada para resistir aos esforços provocados pelo seu manuseamento.

4.4. Os contentores devem ser de 3m3 para Vidro e Indiferenciados, de 5m3 para Papel/Cartão e Plástico/Metal e de 1m3 para Orgânicos;

4.5. Os componentes metálicos necessários para manusear o contentor deverão ser galvanizados e montados pelo exterior do contentor.

4.6. Devem ser apresentados os resultados dos ensaios dos testes de contentores de acordo com as normas EN13071-1 e EN13071-2. Todos os testes ou ensaios identificados nas referidas normas, ou aqueles que, em alternativa, visem demonstrar que as soluções, na sua proposta, satisfazem, de modo equivalente, as especificações contidas nas normas EN 13071-1 e EN13071-2, terão de ter sido efetuados e certificados por organismos externos devidamente credenciados e reconhecidos, devendo os concorrentes apresentar os respetivos certificados ou relatórios de ensaio, consoante o caso, sob pena de exclusão da proposta.

5. TAMPA DA CUBA

5.1. As tampas das cubas deverão ter um sistema de elevação por êmbolo de expansão a gás, tipo amortecedor, independentes e isentos de qualquer consumo de energia, onde se inclui o apoio deslizante que facilita a sua movimentação;

Tendo em consideração que as viaturas de recolha da EMARP não têm instaladas linhas hidráulicas suplementares para abertura de tampas com sistemas de elevação hidráulicos.

5.2. A tampa da cuba deve ser independente, i.e., terá de existir uma tampa por cada cuba e respetivo contentor e possuindo uma resistência min. de 640 kg/m2.

5.3. Deverá possuir uma junta de borracha de estanquicidade.

5.4. Deverá permitir abertura com chave, que permita a abertura por apenas uma ou duas pessoas e não requeira qualquer outro equipamento ou quaisquer veículos auxiliares de abertura.

5.5. Deverá ser dotada de um sistema de segurança que evite a sua abertura acidental.

5.6. Deverá ser construída em aço com tratamento anti corrosão apropriado.

5.7. A tampa deverá possuir um revestimento superior em calçada.

5.8. O revestimento fará parte integrante do Equipamento.

5.9. A tampa deverá dispor de um ângulo de abertura próximo de 90º.

5.10. A moldura da tampa deverá ser delimitada por lancil de tipo idêntico ao existente no passeio envolvente e deverá estar equipada com um sistema de drenagem de escorrências para a rede pública de águas pluviais, sempre que tecnicamente possível e razoável.

5.11. O espaçamento entre a tampa e a moldura não poderá ser superior a 15mm.

6. MARCO DE DEPOSIÇÃO

6.1. O marco de deposição deverá ser de forma cilíndrica, circular em planta, com um diâmetro entre 500 e 560 mm. O marco para deposição de Papel/Cartão deve ser de formato cónico, sendo o diâmetro inferior de 800mm.

6.2. Deverá ser construído em aço inoxidável AISI 316, escovado fino, e deverá possuir um tratamento de superfície para preservação do seu aspeto exterior.

6.3. Deverá ser fixado à gola da tampa do contentor.

6.4. A tampa terá de ser estanque, com junta de borracha para minimizar os ruídos, possíveis maus cheiros e com pega para facilitar a abertura.

6.5. A tampa deverá ser feita em polietileno, da cor de cada fluxo de resíduos – cinzento para indiferenciados, amarelo para Plástico/Metal, azul para Papel/Cartão, verde para Vidro e

castanho para Orgânicos.

6.6. A tampa do marco de deposição deve ocupar a totalidade da boca de deposição e deverá ser inclinada, de forma a evitar a acumulação de água sob a mesma.

6.7. O marco e a respetiva tampa deverão conter sinalética referente ao tipo de resíduo a depositar e de acordo com o grafismo que será enviado pela EMARP.

6.8. O marco para deposição deverá obedecer às seguintes dimensões:

a) Altura frontal: entre 850 e 950mm;

b) Altura parte traseira: entre 960 e 1060mm;

c) Diâmetro interior da boca: entre 500mm e 560mm;

d) Os marcos de Papel/Cartão, em formato cónico, deve ainda contemplar um diâmetro máximo inferior de 810mm.

7. INSTALAÇÃO DOS CONTENTORES SUBTERRÂNEOS

7.1. A colocação e instalação dos equipamentos de deposição nos locais a definir será realizada por conta do adjudicatário (Lote 1, 2 e 3), ao qual compete os seguintes trabalhos:

7.1.1. Identificação das infraestruturas existentes no subsolo;

7.1.2. Remoção do pavimento existente e armazenamento dos materiais reutilizáveis em estaleiro;

7.1.3. Abertura da caixa para montagem das cubas de betão;

7.1.4. Preparação do fundo da caixa de forma a assegurar a estabilidade da cuba de betão (compactação com pistão ou bandeja vibratória);

7.1.5. Colocação de estacas no fundo, coincidindo com as quatro esquinas da base das cubas.

7.1.6. Colocar uma soleira de betão alisada e nivelada com cerca de 140 mm de espessura;

7.1.7. Colocação da cuba de betão;

7.1.8. Preenchimento dos vazios com gravilha ou brita miúda;

7.1.9. Colocar guias de encosto (betão ou pedra, de acordo com a envolvente) em redor das tampas das cubas com um afastamento máximo de 10 mm das abas das tampas. Salvaguardar as caleiras de escoamento das águas o mais profundas possível, 10 cm aproximadamente, entre as guias de encosto e a parte inferior das abas das tampas. Colocar tubos no mínimo de 80 mm de diâmetro para o escoamento das águas das caleiras para a estrada ou rede pluvial.

7.1.10. Repavimentação da área envolvente danificada até 1,5 metro de largura, utilizando materiais iguais aos existentes;

7.1.11. Os materiais sobrantes (calçadas e lancis) são propriedade do Município e devem ser entregues nos armazéns municipais.

7.2. Compete ao adjudicatário garantir as condições de segurança relativas à segurança da circulação de peões e veículos durante o período da instalação.

7.3. As despesas relativas à deposição dos materiais sobrantes em aterro são da responsabilidade do adjudicatário.

8. TRABALHOS MISTOS E NÃO PREVISTOS

Para os trabalhos não previstos nos referidos no número anterior, prevê o presente procedimento uma verba para colmatar possíveis imprevistos.

A realização destes trabalhos, estão sujeitos à apresentação de um orçamento para a aprovação prévia da EMARP.

Setembro 2022

O Técnico Responsável,

Gonçalo Santos